

SÍNTESE

Augusto Santos Silva

Vou tentar fazer uma síntese na qual verbalize o que me tocou mais, ou o que hoje aprendi mais, estabelecendo alguns pontos que me pareceram consensuais no decurso das intervenções, quer da mesa, quer da assistência, ao longo deste dia, tentando identificar também alguns pontos nos quais nos envolvemos em amigável discussão.

Parece-me absolutamente consensual, mas acho que nunca é demais frisá-lo, que a generalidade dos participantes neste debate partiu do princípio de que as tecnologias de informação e comunicação são tecnologias e, portanto, são instrumentos que não podem ser ignorados nem sobrestimados. Nem se pode conferir a esses instrumentos uma espécie de lugar causal, numa variante mais ou menos cosmopolita do velho determinismo tecnológico, nem se pode convertê-los apenas em meros efeitos residuais ou laterais de dinâmicas sociais que fossem imunes à pressão, quer no sentido positivo, quer no sentido de restrição, posta pelas revoluções tecnológicas.

Parece-me, também, importante sublinhar que há uma novidade nas actuais tecnologias de informação que se deve ter em conta e que é o seu potencial interactivo, a sua interactividade. Foi também consensual, mas nunca é demais repeti-lo, que nós usamos as expressões e elas são importantes porque em certa medida as expressões são bandeiras ou emblemas que nos mobilizam e etiquetas com as quais nomeamos as coisas, mas as coisas são sempre mais complexas do que as etiquetas que nós lhes colocamos.

Independentemente da questão terminológica e, portanto, secundária, de saber se devemos dizer sociedade da informação ou, preferentemente, sociedade do conhecimento, sociedade que aprende ou sociedade educativa, o ponto fulcral reside em que, como um dos primeiros oradores salientou, nós precisamos de organizar um conjunto caótico de dados para termos informação e precisamos de conhecimento para assimilar, tratar, produzir e processar a informação. Portanto, a informação sem

conhecimento é muito pouco; e o conhecimento tem que ser ele próprio potenciado e fecundado por competências e capacidades de tipo relacional, afectivas e outras, que façam com que o conhecimento possa ser um capital que nós utilizamos para fortalecer a nossa relação social, quer seja produtiva, quer seja de outra ordem.

Foi muito bom que tivesse passado pelo nosso dia de trabalho este princípio, que, aliás, a nossa Presidente exprimiu lapidarmente numa das suas intervenções, isto é, precisamos de um olhar educativo sobre as sociedades do conhecimento, precisamos de uma interpelação do ponto de vista da educação e do desenvolvimento pessoal a que a educação se refere, interpelação essa feita às sociedades e às economias do conhecimento. Talvez seja necessário frisar este ponto: é preciso interpelar a economia do conhecimento a partir da perspectiva educativa, já que é nessa sede que aqui estamos. A consequência simples deste ponto de partida, é que justamente nós precisamos de uma atitude, ao mesmo tempo, ágil e prudente face às tecnologias de informação e comunicação, não podemos entrar nem em euforia nem em depressão face às tecnologias de informação e comunicação. (Lembro-me sempre do agora Presidente da República, que, quando era líder de uma organização, se queixava de que a sua organização passava vertiginosamente da euforia à depressão e vice-versa; acho que quando nós falamos das tecnologias de informação e comunicação corremos sempre esse risco de passarmos vertiginosamente da euforia à depressão e vice-versa.)

A atitude mais sensata, de não diabolizar nem endeusar as tecnologias de informação e comunicação, e em geral a sociedade da informação, parece-me indispensável.

Por outro lado, e foi aliás interessante o Director do Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento ter insistido nisso, nunca devemos perder de vista que o investimento intangível é decisivo e deve prevalecer sobre o investimento físico, embora seja o menos visível e o menos transformável em objecto propagandístico, dos dois.

A parte da manhã foi bastante rica, do ponto de vista de apresentação de programas e de medidas de intervenção que procuram de algum modo habilitar, capacitar ou facilitar a capacitação do sistema educativo, em particular das escolas, para o uso das tecnologias de informação e

comunicação. Só queria fazer uma pequena achega: a maneira como eu leio a medida 1.1. do *Livro Verde sobre a Sociedade da Informação* é literal, e é: o objectivo é apetrechar as escolas para a Sociedade da Informação e, portanto, a meta mínima no horizonte do ano 2000 é a dotação de um computador por sala de aula. Não leio lá um computador na sala de aula. Acho que não passa pela cabeça dos organizadores e do Ministro da Ciência e Tecnologia, que tenho por uma pessoa bastante inteligente e entendida nestas coisas, que as escolas não possam gerir como muito bem entenderem, colocando, por exemplo, os quarenta computadores que têm por terem quarenta salas de aula num centro de recursos, num laboratório, numa sala própria, etc.

Houve uma discussão que não chegou a ser explícita e foi levantada pelo Prof. Vítor Teodoro, que é a questão do entendimento que nós devemos ter dos suportes. Ou seja, o suporte é neutral em relação aos conteúdos ou não? Na minha opinião os suportes não são neutrais, mas essa é uma questão que ficou no ar e que não foi desenvolvida.

Ao contrário, o alerta para o processo de “mcdonaldização” que já está em curso na indústria mundial do *software* é um alerta precioso e oportuno.

Tivemos aqui uma discussão muito interessante sobre a língua, e a questão do *software* em Português ou em Inglês, onde as posições ficaram claramente expressas e suponho que ficou mais ou menos evidente qual é a posição maioritária nesta assembleia.

Outra discussão, um pouco mais implícita, foi a seguinte, se é possível e até que ponto usar uma lógica de mercado na construção de um serviço de *software* para as escolas, para o sistema educativo. Isto é, até que ponto a função educativa pode ceder ou pode combinar-se com a função de entretenimento e qual é o risco de se subordinar a ela, assim como quais são os riscos decorrentes de nos regermos também aqui pelo princípio de que o cliente ou consumidor tem sempre razão. Um dos professores que interveio pôs essa questão, do meu ponto de vista, com bastante clareza. E também tivemos oportunidade de afinar um pouco mais através da discussão do fim da manhã, sobre o que queremos dizer quando dizemos info-exclusão: não queremos dizer que aqueles que não forem capazes de aceder à Internet em trinta segundos estão atrasados, anacró-

nicos ou obsoletos, mas sim que o novo recurso que temos é também, ou pode ser também, uma linha de fractura e de exclusão de muitas pessoas e, portanto, também devemos ter em atenção essa sua característica.

Focaram-se também alguns problemas a que eu chamaria de problemas relativos mais à acção, problemas não tanto de concepção ou de lógica informadora, mas de acção prática. Foi muito importante o que a Prof. Isabel Chagas nos mostrou aqui com clareza: hoje há também um capital crítico de apreciação do *software* educativo e, daqui, eu gostaria de dizer à indústria portuguesa que tenha isso em atenção, que não há uma espécie de tábua rasa onde seja possível impingir qualquer produto, e que esse capital de apreciação crítica é decisivo para a utilização educativa das tecnologias de informação e comunicação.

Vários intervenientes referiram com vigor que a medida e critério decisivo, aqui, é o critério do valor acrescentado, do valor que o *software* educativo acrescenta a outras modalidades ou instrumentos pedagógicos e didácticos, com os quais, aliás, se pode e deve combinar. Não há aqui uma cadeia de substitubilidade, há uma cadeia de entrosamento. Tal como referiu o segundo Presidente de Mesa na sua intervenção, é muito importante o entrosamento da ciência e da educação.

Houve alertas sobre a importância de centros de recursos localmente instalados, nas escolas ou em agrupamentos de escolas, como plataformas de apoio, sem as quais nós corremos o risco de ficarmos pelo lado do mobiliário ou da encomenda recebida de um departamento central, mas que as pessoas do local ou não conhecem ou não utilizam.

Houve indicações importantes sobre a melhor maneira de fomentar o desenvolvimento do *software* educativo com sugestões, tais como, uma estratégia focalizada e selectiva e não tentar abarcar tudo ao mesmo tempo; ou, outro exemplo, de concursos de produtos e concursos de ideias para projectos.

Finalmente, teve lugar a discussão sobre a formação de professores. Mas essa deixo ao cuidado do Senhor Professor Doutor Ilídio do Amaral, pois é matéria que não domino.

Ilídio do Amaral

Depois do resumo do Prof. Augusto Santos Silva, com a clareza que lhe é peculiar, eu quase não terei nada para dizer.

O dia foi extremamente rico e não sei se nos conseguimos libertar de algumas angústias. Eu devo dizer que saio com muitas mais angústias, mas uma vez que a Senhora Presidente solicitou que se realizassem mais reuniões deste tipo, acredito que as minhas angústias se irão diluindo com o tempo.

Quanto a mim assistimos a duas correntes muito sensíveis que se debateram: por um lado, aqueles que empolaram as tecnologias da informação e da comunicação e, por outro lado, aqueles que procuraram trazê-las para uma corrente mais humanística. Foi grato ouvir citar José Sebastião e Silva que sendo Matemático era um humanista, porque nessa citação se fez a ligação entre as duas correntes. Tive o privilégio de o conhecer pessoalmente e, não sendo um Matemático mas um Geógrafo, muitas vezes pude ter com ele conversas como estas que aqui tivemos.

Um ponto para o qual fui muito sensível foi afinal uma questão que está subjacente a tudo: que é a questão do Português. Entendemos, discutimos, falamos, ensinamos, aprendemos com base numa coisa fundamental: a língua. A preparação dos nossos filhos, a preparação dos meninos desde a pré-primária à universidade é feita na nossa língua e essa é extremamente importante. Apetece sempre repetir a célebre frase de Fernando Pessoa, no *Livro do Desassossego*, “a minha pátria é a língua portuguesa”. Mas foi só o Fernando Pessoa que o disse? A resposta é negativa. Aqueles que leram Albert Camus nos seus *Cadernos* poderão lembrar uma frase em que ele diz “tenho uma pátria: a língua francesa”. O Senhor Presidente da República na Conferência de Abertura de um Seminário, no âmbito das actividades do Conselho Nacional de Educação na Assembleia da República, sobre Política Educativa: “Construção da Europa e Identidade Nacional”, disse que ele “assumira o compromisso de cuidar da língua portuguesa, zelando para que ela seja a língua de um país vivo e para que possa cumprir a sua função cultural de ligação e de diálogo”.

Um dos pontos polémicos desta manhã foi a afirmação de um dos conferencistas que não tinha preocupações quinhentistas ou não ligava muito às preocupações quinhentistas sobre a língua portuguesa. Eu inverteo a ironia para dizer com rigor que nessa altura Portugal foi o maior país e a língua quinhentista teve uma posição predominante relativamente às outras. A ciência náutica portuguesa, a cartografia, o estudo das correntes marítimas, dos ventos e da construção naval foram estudos feitos por portugueses e muitas vezes “roubados” pelos estrangeiros. Duarte Pacheco Pereira, D. João de Castro, Garcia de Orta escreveram coisas notáveis do ponto de vista científico e escreveram em Português e foram utilizadas pelos estrangeiros. Nessa mesma altura o Português não se transformou numa língua veicular internacional, a língua veicular dessa altura era o Latim.

Alguns dos oradores falaram em utopia e sonho e eu lembrei-me que Thomas Moore escreveu a *Utopia* em Latim, por vários motivos: o Latim era a língua entendida nos meios académicos europeamente; toda a primeira parte da obra é uma crítica feroz ao sistema económico, social e de governo da Grã-Bretanha e ele próprio diz “assim escapo à crítica dos críticos de café”; os outros não liam porque estava em Latim e só muitos anos depois é que foi traduzido para Inglês. Thomas Moore escreveu a *Utopia* incentivado por Erasmus que entretanto escreveu o *Elogio da Loucura* também em Latim. O que é que eu quero dizer com isto? Quero dizer que há línguas veiculares de carácter internacional e há as outras que também são importantes, e tão importantes que nós neste momento estamos tão preocupados com a identidade cultural e nacional, às quais não podemos recusar a importância, pois uma maneira de estar no Mundo é a língua portuguesa.

É evidente que não se pode transformar todos os programas em língua portuguesa, mas deve-se fazer um esforço para chegarmos àquilo que também se questionou esta manhã: o que é que queremos ensinar? Que professores queremos formar? Temos que pensar numa base fundamental que é o Português e essa é a nossa maneira de estar no Mundo.

Assumimos um compromisso relativamente forte em relação à língua na Assinatura da Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) com os outros parceiros que até agora têm pugnado pela língua. Sou Angolano e acompanhei de perto o meu conterrâneo Agostinho Neto e desde sempre ele me disse isto, “a única língua

que nós podemos ter para o desenvolvimento do nosso país é a língua portuguesa” e, como ele, disseram os outros. Naturalmente tiveram dificuldade em escolher uma língua ou um dialecto local como língua nacional, mas eles assim o entenderam. Todos concordaram que a língua portuguesa constitui entre os respectivos povos um vínculo histórico e um património comum resultantes de uma convivência multissecular que deve ser valorizada. É um meio privilegiado de difusão da criação cultural entre os povos que falam Português e de projecção internacional dos seus valores culturais numa perspectiva aberta e universalista. É igualmente, num plano mundial, fundamento de uma actuação conjunta cada vez mais significativa e influente que tende a ser pela sua expansão um instrumento de comunicação e de trabalho nas organizações internacionais e permite a cada um dos países, no conjunto regional próprio, ser um intérprete de interesses e aspirações que a todos são comuns.

Se olharmos para o *Livro Verde para a Sociedade da Informação* que constitui o objecto desta reunião e sobre o qual se depositam as angústias do nosso querido Presidente, naturalmente que os elaboradores deste Livro não deixam de dizer que a língua e a cultura portuguesas permanecem destacadas no processo de disseminação da Sociedade da Informação, privilegiando-se todas as iniciativas que as fortaleçam e divulguem nos países de expressão portuguesa. Nesse domínio poder-se-ia contemplar a via do benefício de natureza fiscal para fomentar o estilo que se deseje.

No seu Relatório de Actividades de 1997, a Missão reconhece duas lacunas relevantes: *deficit* de divulgação de textos de natureza legislativa traduzidos em língua portuguesa provenientes da União Europeia ou de outras organizações internacionais; a inexistência de dimensão telemática na CPLP, sendo o projecto Rede de Lusofonia do Instituto Camões uma expressão muito limitada de algo que deve ser encarado como a criação de novas regras de comunicação, intercâmbio e relacionamento por meios electrónicos entre os países lusófonos, à imagem das que foram acordadas na Cimeira da Francofonia realizada no Canadá em Maio de 1997.

Em resumo, dos principais pontos aqui tratados não queria deixar de referir este por singular, único, fundamental e espero que não nos venhamos a queixar, num futuro próximo, de estarmos a importar não só telenovelas brasileiras como *software* brasileiro.

